POIESIS - INSTITUTO DE APOIO À CULTURA, À LÍNGUA E À LITERATURA

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2023

CA/AV/AC/TM 0752/24

POIESIS - INSTITUTO DE APOIO À CULTURA, À LÍNGUA E À LITERATURA

Dem	on	str	açõe	es co	nta	ábe	eis
Em 3	31	de	deze	emb	ro	de	2023

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balanços patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis



Rua Major Quedinho, 90 Consolação - São Paulo, SP Brasil 01050-030



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Conselheiros da Poiesis - Instituto de Apoio à Cultura, à Língua e à Literatura São Paulo - SP

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da Poiesis - Instituto de Apoio à Cultura, à Língua e à Literatura ("Poiesis" ou "Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Poiesis - Instituto de Apoio à Cultura, à Língua e à Literatura em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil com base nas disposições contidas na ITG "2002 R1 - Entidades sem finalidades de lucros", também pela da NBC TG "1000 R1 - Contabilidade para pequenas e médias empresas" para os aspectos não abordados pela ITG "2002 (R1) - Entidade sem finalidade lucros.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza significativa

Continuidade operacional

Conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 6 às demonstrações contábeis, a principal fonte de receita do Instituto é provida pelo Governo do Estado de São Paulo, firmado por meio de Contratos de Gestão, que custeia as principais atividades desenvolvidas pelo Instituto. Os referidos Contratos de Gestão também têm metas e indicadores de desempenho que devem ser performados. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Responsabilidades da Administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para as Entidades sem finalidades de lucros e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

BDO RCS Auditores Associados Ltda., uma empresa brasileira da sociedade simples, é membro da BDO Internacional Limited, uma companhia limitada por garantia do Reino Unido, e faz parte da rede internacional BDO de firmas-membro independentes. BDO é nome comercial para a rede BDO e cada uma das firmas da BDO.



Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais:
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Associação. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Associação a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 29 de fevereiro de 2024.

BDO

BDO RCS Auditores Associados Ltda. CRC 2 SP 015165/O-8

Corlos Aragaki

Contador CRC 1 SP 132091/O-1



Poiesis - Instituto de Apoio à Cultura, à Língua e à Literatura

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022

Conteúdo

Balanços patrimoniais

Demonstrações de resultados

Demonstrações de resultados abrangentes

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas às demonstrações financeiras



Poiesis – Instituto de Apoio à Cultura, à Língua e à Literatura Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2023	2022	Passivo	Nota	2023	2022
Caixa e equivalentes de caixa		262	222	Projetos a executar	6	38.155	46.521
Recursos vinculados a projetos	4	47.512	58.538	Contas a pagar	7	3.777	7.462
Despesas antecipadas		992	1.735	Obrigações tributárias		253	330
Outros créditos		57	28	Obrigações trabalhistas	8	1.589	1.524
	-			Provisão de férias e encargos		4.601	4.208
Total do ativo circulante		48.823	60.523				_
				Total do passivo circulante	_	48.375	60.044
Recursos vinculados a projetos	4	4.765	4.413				
Depósitos judiciais	_	60_	106				
				Projetos a executar	6	4.765	4.414
Total realizável a longo prazo	_	4.825	4.519	Provisão para contingências	9	246	356
	_			Obrigações com o Estado - Imobilizado	6 _	24.446	16.752
Imobilizado	5 _	24.481	16.802	Total do passivo não circulante	_	29.457	21.522
Total do ativo não circulante		29.306	21.321	Patrimônio líquido	11		
	_			Patrimônio social		278	175
				Superávit acumulado	_	19	103
				Total do patrimônio líquido	_	297	278
Total do ativo	=	78.129	81.844	Total do passivo	_	78.129	81.844



Poiesis – Instituto de Apoio à Cultura, à Língua e à Literatura Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Nota	2023	2022
Receitas operacionais			
Recursos de Contratos de Gestão	6 e 12.a	110.498	96.627
Convênios (Termos de Fomento)	12b	262	669
Voluntários	3.h	156	156
Total de receitas		110.916	97.452
Despesas operacionais			
Despesas com pessoal	13	(54.689)	(46.999)
Despesas gerais (produção cultural)	14	(21.959)	(17.745)
Serviços profissionais	15	(11.029)	(9.387)
Gerais e administrativas	16	(18.566)	(19.810)
Despesas divulgação e comunicação		(237)	(179)
Depreciação		(3.959)	(2.849)
Outras despesas/receitas		(20)	5
Voluntários	3.h	(156)	(156)
Despesas operacionais antes das despesas financeiras		(110.615)	(97.120)
Despesas financeiras		(282)	(229)
Superávit do exercício		19	103



Poiesis – Instituto de Apoio à Cultura, à Língua e à Literatura Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	2023	2022
superávit do exercício Outros resultados abrangentes	19 	103
Resultado abrangente total	19	103



Poiesis – Instituto de Apoio à Cultura, à Língua e à Literatura Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Patrimônio social	(Déficits) superávits acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	184	(9)	175
Incorporação do défict ao patrimônio social	(9)	9	-
Superavit do exercício		103	103
Saldos em 31 de dezembro de 2021	175	103	278
Incorporação do superávit ao patrimônio social	103	(103)	-
Superavit do exercício		19	19
Saldos em 31 de dezembro de 2022	278	19	297



Poiesis – Instituto de Apoio à Cultura, à Língua e à Literatura

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
superávit do exercício	19	103
Ajustes por:		
Depreciação	3.959	2.849
Variação nos ativos e passivos		
(Aumento)/redução nos ativos em		
Recursos vinculados a projetos	10.674	(16.638)
Outros créditos, despesas antecipadas e depósitos judiciais	760	(868)
Aumento/(redução) nos passivos em		
Projetos a executar	(8.014)	10.874
Obrigações trabalhistas, provisão de férias e encargos	458	927
Contas a pagar, obrigações tributárias e contingências	3.822	14.502
Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais	11.678	11.749
Fluxo de caixa de atividades de investimento		
Baixas de imobilizado	18	50
Aquisição de imobilizado	(11.656)	(11.660)
Fluxo de caixa (utilizado nas) atividades de investimento	(11.638)	(11.610)
Variação líquida em caixa e equivalentes de caixa	40	139
Caixa equivalente de caixa em 1º de janeiro	222	83
Caixa equivalente de caixa em 31 de dezembro	262	222
(Redução) / aumento em caixa e equivalentes de caixa	40	139



Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Poiesis - Instituto de Apoio à Cultura, à Língua e à Literatura ("Poiesis" ou "Entidade"), é uma Entidade civil sem fins lucrativos, que tem objetivos de natureza cultural, literários, artísticos, museológicos, assistenciais e educacionais, atuando no desenvolvimento e gestão de programas, pesquisas, projetos, bens, espaços e equipamentos culturais, assistenciais e educacionais. Valorizando a Cultura em suas múltiplas expressões, busca facilitar o acesso democrático ao conhecimento, estimular a reflexão e a criação artística e a preservar e divulgar bens culturais e históricos como instrumentos de valorização da identidade e da diversidade.

Para consecução de seus objetivos, a Entidade poderá firmar contratos, convênios, termos de colaboração ou fomento, acordos ou termos de cooperação, ou outros ajustes, inclusive ao amparo de programas de incentivo ou renúncia fiscal, com o poder público ou com a iniciativa privada em todos os níveis, para gestão de equipamentos, implantação e desenvolvimento de programas nas áreas da cultura, assistência social e da educação.

A Poiesis está qualificada pelo Governo do Estado de São Paulo como "organização social da área da cultura" desde 2008, e, por força de contratos de gestão celebrados com a Secretaria de Cultura e Economia Criativa, tem se responsabilizado pela gestão de equipamentos e programas culturais vinculados à política pública de Cultura.

No exercício de 2023 respondeu pela gestão operacional continuada de 3 programas da Pasta da Cultura, onde se observa:

- A- Oficinas Culturais Todas as atividades direcionadas ao público foram regularmente executadas, quer dos programas voltados para o interior e litoral do Estado, destacando a inclusão de ação adicional excepcional para os municípios do litoral norte afetadas pelas catástrofes do início do ano, quer das 3 unidades da capital, inclusive na Oficina Cultural Oswald de Andrade que passa por intenso programa de recuperação e requalificação de seus espaços.
- B- Fábricas de Cultura das unidades de Jardim São Luiz, Capão Redondo, Vila Nova Cachoeirinha, Brasilândia, Jaçanã, Diadema, Osasco, Iguape, Heliópolis e Núcleo Luz Finalizadas as intervenções civis para ampliação e adequação dos espaços das unidades, devidamente equipados com infraestrutura e ferramental próprios, para o desenvolvimento de ações com conteúdo de alta tecnologia, bem como centros de referência em moda e artes circenses. Foi dado prosseguimento às intervenções de recuperação e ampliação da unidade da Cadeia Velha de Iguape, com início das intervenções no prédio anexo.
- C- Museus-casa (Casa das Rosas, Casa Guilherme de Almeida e Casa Mário de Andrade) Ao final do mês de outubro, após pouco mais de 2 anos de seu fechamento para intervenções de restauração sob responsabilidade da Secretaria de Cultura e Economia Criativa, o Museus Casa das Rosas foi reaberto ao público; o Museus Casa Mário de Andrade permaneceu fechado para continuidade das intervenções de ampliação e restauro conduzidas pela entidade, com previsão de ser entregue ao público no decorrer do 1º quadrimestre de 2024. Durante todo o exercício foram mantidas todas as demais atividades com público previstas nos planos de trabalhos.



Os Contratos de Gestão norteadores das obrigações e responsabilidades no desenvolvimento dos programas gerenciados são:

- A- Programa Oficinas Culturais: Contrato de Gestão 5/2018, com vigência de 1º de janeiro de 2018 a 30 de abril de 2024.
- B- Programa Fábricas de Cultura: Contrato de Gestão 03/2020, com vigência de 1º de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2025.
- C- Museus-casa: durante os 4 primeiros meses do exercício, Contratos de Gestão 1/2017, firmado em 1º de julho de 2017 e regularmente encerrado em 30 de abril de 2023; para o período restante, Contrato de Gestão 1/2023, com vigência de 1º de maio de 2023 a 30 de junho de 2028.

Como entidade sem fins lucrativos, a Poiesis é isenta de contribuições e impostos federais, estaduais e municipais, de acordo com as disposições da Constituição Federal.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis para as pequenas e médias empresas, e aplicáveis às entidades sem finalidades de lucros (ITG 2002 (R1)).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 29 de fevereiro de 2024.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado, mensurados pelo valor justo.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Entidade. Todos os saldos arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação de políticas contábeis da Entidade e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.



e. Julgamentos

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas na seguinte nota explicativa:

- Nota 3.c (ii) vida útil do ativo imobilizado;
- Nota 9 mensuração de provisões para contingências.

3 Principais políticas contábeis

A Entidade aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a. Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros não derivativos

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que o Instituto se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócio do Instituto para a gestão destes ativos financeiros. O Instituto inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio de resultado. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos financeiros. Os ativos financeiros são representados por caixa e equivalentes de caixa e recursos vinculados a projetos.

Os instrumentos financeiros do Instituto são classificados como:

Custo amortizado

Quando atender as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram em datas específicas fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

São subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

A Entidade tem seus ativos financeiros não derivativos registrados pelo valor justo por meio do resultado.



Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Entidade gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Entidade. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

(ii) Passivos financeiros não derivativos

Os passivos financeiros do Instituto são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, quando aplicável. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a emissão do passivo financeiro.

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados como:

Passivos financeiros ao custo amortizado é representado pelo contas a pagar.

Desreconhecimento

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

Recursos vinculados a projetos

Recursos vinculados a projetos representam os saldos de bancos conta movimento e aplicações financeiras que possuem utilização restrita e somente poderão ser utilizados para fazer frente às obrigações de projetos relacionados a contrato de gestão e outros ajustes que lhe deram origem.

(iii) Instrumentos financeiros derivativos

Não houve operações com instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios de 2023 e 2022, incluindo operações de *hedge*.



b. Apuração do resultado e reconhecimento das receitas e despesas incentivadas Os recursos provenientes do Contrato de Gestão, quando utilizados, ou seja, quando executado referido contrato, são reconhecidos no mês de competência como receita durante o exercício. Os recursos não utilizados ficam registrados no passivo circulante, representando a parcela que ainda deverá ser aplicada.

c. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário.

(ii) Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso. A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado.

As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos são as seguintes:

Equipamento de áudio e vídeo	5 anos
Equipamentos de informática	5 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Equipamentos de som/luz	10 anos
Máquinas e Equipamentos	10 anos
Instalações	10 anos
Equipamento de telecomunicação	5 anos
Software	5 anos
Benfeitorias em imóveis de terceiros	5 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

d. Redução ao valor recuperável

(i) Ativos financeiros

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A Administração da Entidade não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão.



e. Provisões, passivos circulantes e não circulantes

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial.

f. Demais ativos circulantes e não circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data dos balanços.

g. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras.

As despesas financeiras abrangem, basicamente, os impostos incidentes sobre receita financeira, impostos incidentes sobre operações de câmbio e tarifas bancárias cobradas pelas instituições financeiras.

h. Receitas com trabalhos voluntários

Conforme estabelecido na Interpretação ITG 2002 (R1) -Entidade sem Finalidade de Lucro, a Entidade valoriza as receitas com trabalhos voluntários, inclusive de membros integrantes de órgãos da administração, sendo mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que a Entidade haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar. As receitas com trabalhos voluntários são reconhecidas no resultado do exercício em receitas operacionais em contrapartida a despesas operacionais também no resultado do exercício. Em 31 de dezembro de 2023 registrou o montante de R\$ 156 (R\$ 156 em 2022) referente a trabalhos voluntários.

4 Recursos vinculados a projetos

· ·	2023	2022
Caixa Aplicações financeiras	191 52.086	84 62.867
	52.277	62.951
Ativo circulante Ativo não circulante	47.512 4.765	58.538 4.413
	52.277	62.951

Os recursos vinculados a projetos referem-se a recursos recebidos pela Entidade que serão utilizados exclusivamente nos projetos incentivados e em passivos relacionados a estes projetos, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 6.

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.



Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a aplicações em fundos de renda fixa, remunerados a taxas entre 80% a 110% do CDI - Certificado de depósito Bancário em 2023 (90% em 2022).

Os recursos do ativo não circulante, referem-se ao fundo de reserva, constituído com o propósito exclusivo de utilização na hipótese de ocorrer atraso na liberação dos repasses por parte da Secretaria da Cultura e Economia Criativa.

5 Imobilizado

Movimentação 2023

	31/12/2022			31/12/2023
	Custo	Adições	Baixas	Custo
Equipamentos de áudio e vídeo	5.845	969	(12)	6.802
Equipamentos de Informática	5.254	1.022	(12)	6.264
Móveis e Utensílios	3.090	1113	-	4.203
Equipamentos de som/luz	3.599	556	-	4.155
Máquinas e Equipamentos	125	0	-	125
Instalações	1.435	340	-	1.775
Equipamentos de telecomunicações	132	594	-	726
Software	852	0	-	852
Benfeitorias imóveis de terceiros (a)	6.701	7.062		13.763
Total	27.033	11.656	(24)	38.665

	31/12/2022			31/12/2023
	<u>Depreciação</u>	Adições	Baixas	Depreciação
Equipamentos de áudio e vídeo	(3.026)	(984)	3	(4.007)
Equipamentos de Informática	(1.697)	(1.003)	3	(2.697)
Móveis e Utensílios	(1.557)	(341)	-	(1.898)
Equipamentos de som/luz	(1.945)	(524)	-	(2.469)
Máquinas e Equipamentos	(76)	(10)	-	(86)
Instalações	(266)	(159)	-	(425)
Equipamentos de telecomunicações	(68)	(18)	-	(86)
Software	(402)	(131)	-	(533)
Benfeitorias imóveis de terceiros	(1.194)	(789)		(1.983)
Total	(10.231)	(3.959)	6	(14.184)
Saldo líquido	16.802	7.697	(18)	24.481



Movimentação 2022

Wovimentação 2022				
	31/12/2021			31/12/2022
	Custo	Adições	Baixas	Custo
Equipamentos de áudio e vídeo	4.223	1.622		5.845
Equipamentos de Informática	1.865	3.389		5.254
Móveis e Utensílios	2.317	823	(50)	3.090
Equipamentos de som/luz	2.097	1.502		3.599
Máquinas e Equipamentos	125			125
Instalações	423	1.012		1.435
Equipamentos de telecomunicações	114	18		132
Software	787	65		852
Benfeitorias imóveis de terceiros (a)	3.472	3.229		6.701
Total	15.423	11.660	(50)	27.033
	31/12/2021			31/12/2022
			5.1	Depreciaçã
	<u>Depreciação</u>	Adições	Baixas	0
Equipamentos de áudio e vídeo	(2.136)	(890)		(3.026)
Equipamentos de Informática	(1.316)	(381)		(1.697)
Móveis e Utensílios	(1.299)	(258)		(1.557)
Equipamentos de som/luz	(1.394)	(551)		(1.945)
Máquinas e Equipamentos	(73)	(3)		(76)
Instalações	(200)	(66)		(266)
Equipamentos de telecomunicações	(86)	18		(68)
Software	(264)	(138)		(402)
Benfeitorias imóveis de terceiros	(614)	(580)		(1.194)
Total	(7.382)	(2.849)		(10.231)
Saldo líquido	8.041	8.811	(50)	16.802

⁽a) Refere-se a projetos de adequação e/ou ampliação de edificações das unidades de Fábricas de Cultura de Osasco e Iguape, e do Museu-casa Mário de Andrade.

6 Projetos a executar

A seguir apresentamos os contratos em andamento no exercício e sua movimentação demonstrando o total de recursos recebidos pela Entidade e os rendimentos financeiros desses recursos, bem como os montantes utilizados na execução dos projetos (consumo).



Movimentação 2023	Saldos em 2022	Valores Recebidos	Captação de Recursos	Rendimentos Financeiros	Consumo	Aquisições Imobilizado	Transferência	Devolução de Recursos	Saldos em 2023
Contrato de Gestão nº 01/2017 (a)	8.188	2.307	31	370	(2.949)	(1.910)	(5.965)	(72)	
Contrato de Gestão nº 05/2018 (b)	15.131	13.118	2.216	1.925	(19.918)	(94)	(3.703)	(72)	12.378
Contrato de Gestão nº 03/2020 (c)	27.255	76.500	1.497	4.005	(76.583)	(7.565)	_	_	25.109
Contrato de Gestão nº 01/2023 (d)	-	5.400	1.218	457	(7.085)	(2.087)	5.965	_	3.868
Termo FLI	65	-	-	-	(7.000)	(2.007)	-	_	65
Mecenato - PRONAC 190107	44	_	_	1	(3)	-	_	(48)	-
T. Fomento nº 12/2021 PM São Paulo	1	_	-	· -	-	_	_	(1)	-
Mecenato - PRONAC 200323	250	_	_	15	(237)	_	_	(28)	_
Mecenato - PRONAC 200555		1.395	_	5	-	_	_	(/	1.400
T. Fomento nº 141/2023 PM São Paulo	_	100	_	-	_	_	_	-	100
Total de projetos a executar	50.934	98.820	4.962	6.778	(106.769)	(11.656)	0	(149)	42.920
Total de projetos a executar curto prazo	46.521								38.155
Total de projetos a executar longo prazo	4.413								4.764
	50.934	-	-	-	-	-	-	-	42.919
Obrigações com estado - imobilizado	16.752				-3.962	11.656	-		24.446
Movimentação 2022	Saldos em	Valores	Captação de	Rendimentos		Aquisições		Devolução de	Saldos em
	2021	Recebidos	Recursos	Financeiros	Consumo	Imobilizado	Transferência	Recursos	2022
Contrato de Gestão nº 01/2017 (a)	9.856	6.920	236	1.071	(8.722)	(1.174)	-	-	8.187
Contrato de Gestão nº 05/2018 (b)	11.675	15.743	2.043	1.573	(15.648)	(254)	_	-	15.132
Contrato de Gestão nº 03/2020 (c)	17.803	84.547	1.485	3.061	(69.409)	(10.232)	-	-	27.255
Termo FLI	65	-	-	-	-	-	-	-	65
Mecenato - PRONAC 190107	561	_	_	50	(567)	-	-	-	44
T. Fomento nº 12/2021 PM São Paulo	100	-	-	2	(101)	-	-	-	1
Mecenato - PRONAC 200323	-	250	-	-	· ,	-	-	-	250
Total de projetos a executar	40.060	107.460	3.764	5.757	(94.447)	(11.660)	-	-	50.934
Total de projetos a executar curto prazo	36.135								46.521
Total de projetos a executar curto prazo	3.925	-	-	-	-	-	-	-	4.414
Total de projetos a executar longo prazo	40.060				<u>-</u>		<u>-</u>		50.934
Obrigações com estado – imobilizado	7.941				(2.849)	(11.660)	-		16.752



- Valores recebidos/repasses referem-se aos montantes recebidos ou captados para incentivo aos projetos vinculados.
- Rendimentos financeiros referem-se a rendimento das aplicações financeiras dos recursos vinculados aos projetos que, de acordo com a norma contábil, são reconhecidos no ativo em contrapartida a projetos a executar.
- Consumo referem-se aos gastos que foram empregados nos projetos ao longo do exercício social.
- Projetos a executar longo prazo: referem-se a valores correspondente entre 2,5% a 6% do valor total dos recursos repassados no primeiro ano de vigência dos Contratos de Gestão, com o propósito exclusivo de utilização na hipótese de ocorrer atraso na liberação dos repasses por parte da Secretaria da Cultura e Economia Criativa. No último ano de vigência dos Contratos de Gestão e após a liberação da totalidade dos correspondentes repasses previstos, é facultada a utilização dos recursos vinculados de longo prazo no custeio das ações previstas no Plano de Trabalho.

a. Contrato de Gestão - 1/2017

A Poiesis, selecionada em processo de chamada pública, firmou em 1º de julho de 2017 com a Secretaria da Cultura, Economia e Indústrias Criativas, o Contrato de Gestão nº 1/2017, para dar sequência ao gerenciamento e execução de atividades na rede de museus-casas literários Casa das Rosas, Casa Guilherme de Almeida e Casa Mário de Andrade.

Com a assinatura do 7° Termo de Aditamento em 30 de dezembro de 2022, o Contrato de Gestão passou a ter vigência até 30 de abril de 2023 (inicialmente 1° de julho de 2022), com previsão de repasses totais da ordem R\$ 44.584, com o seguinte cronograma de desembolso:

Repasses do Contrato de Gestão nº 1/2017	Recebidos	A receber	Total
2017	2.674	-	2.674
2018	6.452	-	6.452
2019	6.452	-	6.452
2020	5.548	-	5.548
2021	13.831	-	13.831
2022	6.920	-	6.920
2023	2.307	<u> </u>	2.307
_	44.584	<u> </u>	44.584

Com o encerramento regular do Contrato de Gestão em 30 de abril de 2023, foi transferido o montante R\$ 5.965 para o Contrato de Gestão 01/2023, item d. abaixo, para a continuidade das intervenções de ampliação e adequação do Museu-casa Mário de Andrade e custear a implementação dos planos museológicos e exposição de longa duração dos espaços, e restituído aos cofres do Estado o saldo final remanescente de R\$ 72.



b. Contrato de Gestão – 5/2018

Em 28 de dezembro de 2018 a Poiesis firmou com a Pasta da Cultura o Contrato de Gestão nº. 05/2018, para dar continuidade ao programa "Oficinas Culturais" pelo prazo de 60 meses a contar de 1º de janeiro de 2019. Com a assinatura do 7º Termo Aditivo, firmado em 28 de dezembro de 2023, o contrato passou a ter sua vigência ampliada em 4 meses, até 30 de abril de 2024, e o seu valor total passou a ser de R\$ 71.709, com o seguinte cronograma anual:

Repasses do Contrato de Gestão nº 05/2018	Recebidos	A receber	Total
2019	11.057	-	11.057
2020	12.018	-	12.018
2021	16.256	-	16.256
2022	15.743	-	15.743
2023	13.118	-	13.118
2024		3.517	3.517
	68.192	3.517	71.709

c. Contrato de Gestão - 3/2020

Em 30 de dezembro de 2020, a Entidade firmou com a Secretaria da Cultura, Economia e Indústrias Criativas o Contrato de Gestão 03/2020 para dar prosseguimento à gestão do Programa Fábricas de Cultura nas unidades Jardim São Luiz, Capão Redondo, Vila Nova Cachoeirinha, Brasilândia, Jaçanã e Núcleo Luz a partir de 1º de janeiro de 2021, pelo prazo de 60 meses.

Com assinatura do 2º Termo Aditivo em 7 de dezembro de 2021, o Contrato de Gestão passou a incorporar em seu objeto a operacionalização das unidades de Fábricas de Cultura de Iguape e Osasco, e o valor dos repasses previstos para R\$ 242.307.

Em 2022, por força do 3° e 5° Termos Aditivos, firmados respectivamente em 30 de maio e 29 de dezembro, o Contrato de Gestão incorporou a gestão da unidade de Heliópolis e elevou o valor dos repasses previstos para R\$ 312.683, com o seguinte cronograma de desembolso:

Repasses do Contrato de Gestão nº 03/2020	Recebidos	A receber	Total
2021	54.402	-	54.402
2022	84.547	-	84.547
2023	76.500	-	76.500
2024	-	47.756	47.756
2025	-	49.428	49.428
	138.949	173.684	312.633

d. Contrato de Gestão - 1/2023

Em 28 de abril de 2023, após ser selecionada em processo de chamada pública, a entidade firmou com a Secretaria da Cultura, Economia e Indústrias Criativas, o Contrato de Gestão nº 1/2023 no valor global de R\$ 50.081, para dar continuidade ao gerenciamento dos museus-casa Casa das Rosas, Casa Guilherme de Almeida e Casa Mário de Andrade pelo prazo de 62 meses, até 30 de junho de 2028.



O Contrato de Gestão prevê o seguinte cronograma de repasses de recursos para desenvolvimento das atividades:

Repasses do Contrato de Gestão nº 01/2023	Recebidos	A receber	Total
2023 (*)	11.365	-	11.365
2024	-	8.100	8.100
2025	-	8.411	8.411
2026	-	8.705	8.705
2027	-	9.008	9.008
2028	-	4.492	4.492
	11.365	38.716	50.081

(*) Dos valores recebidos, R\$ 5.965 foram transferidos por ocasião do encerramento do Contrato de Gestão 01/2017, item a. acima, sendo R\$ 5.616 para as ações previstas no plano de trabalho e R\$ 353 para compor fundo de contingência.

Outras informações

Além dos recursos financeiros provenientes do Poder Público, para execução do objeto dos Contratos de Gestão, a Entidade também mantém as seguintes fontes de recursos:

- (i) Receitas auferidas pela prestação de serviços e pela realização de atividades, tais como taxa de inscrição;
- (ii) Receitas advindas da utilização de seus espaços físicos;
- (iii) Doações, legados e contribuições de entidades nacionais e estrangeiras; e
- (iv) Rendimentos de aplicações e ativos financeiros.

Por força dos Contratos de Gestão, a Entidade está obrigada a cumprir determinadas metas, as quais são quadrimestralmente e anualmente avaliadas pela Comissão de Acompanhamento e Avaliação dos Contratos de Gestão da Secretaria da Cultura e Economia Criativa. No caso de não cumprimento dessas metas, a Entidade poderá sofrer penalidades que podem incorrer em redução e/ou extinção dos repasses contratados.

Os relatórios quadrimestrais relativos ao período de abril e agosto de 2023 foram preparados e encaminhados para as respectivas Unidades Gestoras da Secretaria da Cultura e Economia Criativa, e já foram objetos de apreciação e aprovação pela Comissão de Avaliação. As prestações de contas referentes aos relatórios de atividades anual serão enviados em março de 2024.

Os recursos provenientes dos Contratos de Gestão são contabilizados como receitas quando aplicados nos projetos; em decorrência, os montantes ainda não utilizados ficam registrados no passivo circulante na rubrica de projetos vinculados a executar, representando a parcela remanescente a ser aplicada no projeto, acrescida dos rendimentos financeiros auferidos decorrentes de sua aplicação.



7 Contas a pagar

	2023	2022
Fornecedores Prestadores de serviços (*)	145 3.632	125 7.337
Trestadores de serviços ()	3.777	7.462

(*) Em 2022 o sado em aberto de prestadores de serviços refere-se, substancialmente, a serviços de engenharia na ampliação do museu-casa Mário de Andrade, ampliação e recuperação de edifício que abrigará unidade da Fábrica de Cultura de Iguape, adaptação das unidades de Fábricas de Cultura para ações relacionadas à tecnologia "4.0", e de recuperação e adequação da Oficina Cultural Oswald de Andrade.

Também inclui compromissos recorrentes com prestadores de serviços de vigilância, portaria e limpeza, aluquéis e manutenção de equipamentos, de assistência de informática.

8 Obrigações trabalhistas

	2023	2022
INSS a recolher IRRF a recolher	862 364	791 354
FGTS a recolher	290	261
PIS sobre folha de pagamento a recolher Serviços prestados por autônomos a pagar	45 21	41 76
Salários a pagar	7	1
	1.589	1.524

9 Provisão para contingências

A Entidade reconhece a provisão para riscos trabalhistas quando seus assessores jurídicos consideram como provável o risco de perda de demandas judiciais e administrativas, que acarretarão desembolso de recursos que possam ser mensurados com razoável nível de segurança.

Foi registrado como provisão, o valor de R\$ 246 (R\$ 356 em 2022), relativo ao risco classificado pelos assessores jurídicos, como de perda provável, considerado suficiente para cobrir as perdas potenciais com as ações em curso.

A Entidade possui ainda em 31 de dezembro de 2022, processo no valor estimado de R\$ 46 classificado como de perda possível.

10 Partes relacionadas

O Estatuto Social da Entidade possui previsão de não remuneração dos membros do Conselho. Dessa forma, a Entidade não concede nenhum tipo de remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes foram atribuídas pelos respectivos atos constitutivos.



Em 31 de dezembro de 2022 houve o reconhecimento de trabalho voluntário por parte de Conselheiros da entidade no montante de R\$ 156 (R\$ 156 em 2021), conforme mencionado na nota explicativa 3.h.

11 Patrimônio líquido

O patrimônio líquido é composto, substancialmente, pelo patrimônio social e pelos superávits apurados anualmente.

Em caso de extinção ou desqualificação da Entidade como organização social, haverá a incorporação integral do patrimônio, dos legados ou das doações que lhe foram destinados, bem como dos excedentes financeiros decorrentes de suas atividades, ao patrimônio de outra organização social qualificada no âmbito do Estado de São Paulo, da mesma área de atuação, ou ao patrimônio do Estado, na proporção dos recursos e bens por este alocados por meio do Contrato de Gestão.

12 Receitas operacionais

a. Contrato de Gestão

	2023	2022
Contrato de Gestão n° 03/2020	74.742	67.868
Contrato de Gestão nº 05/2018	15.844	12.043
Contrato de Gestão nº 01/2017	2.617	7.247
Contrato de Gestão nº 01/2023	5.576	
Parcerias (i)	4.879	3.486
Receitas financeiras (iv)	6.757	5.704
Inscrições (i)	49	83
Aluguel de espaço (ii)	21	191
Outros	13	5
	110.498	96.627

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 3, além dos recursos financeiros provenientes do Poder Público, para execução do objeto do Contrato de Gestão, a Entidade também mantém as fontes de recursos advindas de (i) receitas auferidas pela prestação de serviços e pela realização de atividades, tais como taxa de inscrição e parcerias com agentes culturais, (ii) da utilização de seus espaços físicos, (iii) doações e (iv) rendimentos de aplicações e ativos financeiros.

Acima apresentamos as receitas auferidas por meio dessas captações e provenientes do Poder Público.

b. Convênios (Termos de Fomento)

	2023	2022
Mecenato - PRONAC 190107		518
T. Fomento nº 12/2021 PM São Paulo		99
Mecenato - PRONAC 200323	214	
Receitas Financeiras	48	52
	262	669

(1.254)

(710)

(625)

(272)

(143)

(21.959)

(10)

(1.152)

(660)

(350)

(396)

(208)

(17.746)

(7)



13 Despesas com pessoal

Serviços técnicos de produção

Despesas com transporte

Direitos autorais e captação

Viagens e estadias

Aquisição de acervo

Cooperativas

14

	2023	2022
Salários, horas extras e outras	(27.728)	(24.136)
Benefícios	(9.843)	(8.756)
Encargos	(9.826)	(7.438)
Férias e encargos	(4.177)	(3.915)
13° e encargos	(3.115)	(2.754)
	(54.689)	(46.999)
Despesa gerais com produção cultural	2023	2022
Serviços artísticos	(14.031)	(11.207)
Materiais de produção	(4.914)	(3.766)

Nessa conta encontram-se todos os gastos com o desenvolvimento e execução das atividades culturais nos equipamentos geridos, tais como exposições, saraus, palestras, cursos, oficinas, recitais, peças de teatro, shows musicais, ou seja, eventos de incentivo à poesia, à literatura e às diversas áreas de produção artística e cultural. Estão incluídas nessa rubrica a contratação de profissionais autônomos, como curadores, artistas, professores, entre outros, e contratação de serviços diversos e compra de materiais para suporte aos profissionais contratados.

15 Serviços profissionais

	2023	2022
Serviços de limpeza e vigilância	(8.541)	(7.626)
Assessoria em T.I.	(1.230)	(996)
Assessoria contábil	(567)	(322)
Assessoria jurídica	(326)	(262)
Assessoria em elaboração de projetos	(365)	(181)
	(11.029)	(9.387)



16 Gerais e administrativas

	2023	2022
Conservação e manutenção	(14.375)	(16.459)
Serviços de utilidade pública	(1.441)	(1.003)
Material de escritório e outros	(561)	(649)
Aluguel e condomínio	(727)	(634)
Transporte e locomoção	(411)	(159)
Serviços de dados e voz	(350)	(344)
Locações	(291)	(150)
Despesas de viagem	(86)	(38)
Tributos	(81)	(72)
Seguros	(74)	(88)
Contingência trabalhistas	(55)	(153)
Outros	(114)	(81)
	(18.566)	(19.810)

17 Instrumentos financeiros

A Entidade opera apenas com instrumentos financeiros não derivativos que incluem aplicações financeiras e caixa e equivalentes de caixa, assim como contas a pagar e salários, férias e encargos, cujos valores são representativos aos respectivos valores de mercado.

Estimativa do valor justo

Os valores contábeis constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado. Durante este exercício a Entidade não efetuou operações com derivativos.

Instrumentos financeiros "Não derivativos"

Todos os ativos financeiros "não derivativos" (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A seção 11 do Pronunciamento técnico PME – Contabilidade para pequenas e médias empresas estabelece uma hierarquia de três níveis para o valor justo, a qual prioriza as informações quando da mensuração do valor justo pela Entidade, para maximizar o uso de informações observáveis e minimizar o uso de informações não observáveis. O Pronunciamento técnico PME descreve os três níveis de informações que devem ser utilizadas mensuração ao valor justo:

- Nível A A melhor evidência do valor justo é o preço cotado para ativo idêntico (ou ativo similar) em mercado ativo. Este normalmente é o preço corrente de compra;
- Nível B Quando os preços cotados estão indisponíveis, o preço de contrato de venda fechado ou transação recente para ativo idêntico (ou ativo similar) em transação em bases usuais de mercado entre partes conhecedoras e interessadas fornece evidência de valor justo;
- Nível C Se o mercado para o ativo não está ativo e quaisquer contratos de venda fechados ou as transações recentes envolvendo ativo idêntico (ou ativo similar) por si só não são uma boa estimativa de valor justo, a entidade deve estimar o valor justo utilizando outra técnica de mensuração.



O processo de mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros da Entidade está classificado como Nível B (representado pelas aplicações financeiras).

Em função das características e forma de operação, bem como a posição patrimonial e financeira em 31 de dezembro de 2023, a Entidade está sujeita aos fatores de:

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Entidade irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A Abordagem da Entidade na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Entidade.

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como taxas de juros, têm nos ganhos da Entidade e no valor de suas participações em instrumentos financeiros. Essas oscilações de preços e taxas podem provocar alterações nas receitas e nos custos da Entidade. O Objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Com relação às taxas de juros, visando à mitigação deste tipo de risco, a Entidade centraliza seus investimentos em operações com taxas de rentabilidade que acompanham a variação do CDI - certificado de depósito interbancário e fundos de renda fixa.

18 Avais, fianças e garantias

A Entidade não prestou garantias ou participou de quaisquer transações como interveniente garantidora durante os exercícios de 2023 e 2022.

19 Renúncia fiscal

Em atendimento ao item 27, letra "c" da ITG 2002 (R1) - entidade sem finalidade de lucros, a Entidade apresenta a seguir, na hipótese dos recursos de subvenção governamental utilizados para custeio das atividades da Entidade pudessem ser considerados como receita tributável, a relação dos tributos objetos da renúncia fiscal para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

- IRPJ (Imposto de renda da Pessoa Jurídica)
- CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido)
- ISSQN (Imposto sobre Prestação de Serviços de Qualquer Natureza)
- COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) sobre as receitas próprias.



20 Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2023, a Entidade mantinha cobertura de seguros contra riscos operacionais estimados em R\$ 10.800 (R\$ 11.197 em 2022), e de R\$ 8.500 (R\$ 8.500 em 2022) para riscos de responsabilidade civil.

21 Eventos subsequentes

Não ocorreu nenhum evento subsequente até a data de aprovações destas demonstrações contábeis que requeressem divulgação.

* * *

Clovis De Barros Carvalho Clovis de Barros Carvalho Difetor executivo

Plinio Silveira Correa Diretor Administrativo Financeiro

Adilson Ernesto da Silva Accountant CRC 1SP266387/O-7

Poiesis. Demonstrações Financeiras em 31.12.20 23 e 2022.pdf

Documento número bb4ff6f2-41b8-4020-b6a7-b8c984016eac



Assinaturas



Pontos de autenticação:

Assinatura na tela

IP: 189.57.95.179 / Geolocalização: -23.529700, -46.635691

Dispositivo: Mozilla/5.0 (Linux; Android 10; K)

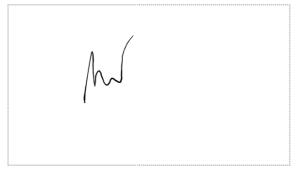
AppleWebKit/537.36 (KHTML, like Gecko) Chrome/122.0.0.0

Safari/537.36

Data e hora: Março 01, 2024, 12:28:17 E-mail: pliniocorrea@poiesis.org.br

Telefone: + 5511975732945

ZapSign Token: 52185146-***-***-8c105f729e90



Assinatura de Plinio Silveira Correa



Pontos de autenticação:

Assinatura na tela

IP: 177.26.242.250 / Geolocalização: -23.489214, -47.421669 Dispositivo: Mozilla/5.0 (iPhone; CPU iPhone OS 17_3_1 like Mac OS X) AppleWebKit/605.1.15 (KHTML, like Gecko) Version/17.3.1 Mobile/15E148 Safari/604.1

Version/17.3.1 Mobile/15E148 Safari/60 Data e hora: Março 01, 2024, 12:53:08 E-mail: adilson.silva@mazars.com.br

Telefone: + 5511992783048

ZapSign Token: 29750996-****-***-6cef0db5513d



Assinatura de Adilson Ernesto da Silva



Pontos de autenticação:

Assinatura na tela

Código enviado por e-mail

IP: 179.100.110.237 / Geolocalização: -23.546215, -46.696752

Dispositivo: Mozilla/5.0 (Windows NT 10.0; Win64; x64) AppleWebKit/537.36 (KHTML, like Gecko) Chrome/122.0.0.0

Safari/537.36 Edg/122.0.0.0 Config/92.2.2721.20

Data e hora: Março 01, 2024, 16:14:59

E-mail: cloviscarvalho@poiesis.org.br (autenticado com código único enviado exclusivamente a este e-mail)

Telefone: + 5511996116392

ZapSign Token: 4677f7d9-***-***-710919621cdb

Clovis De Barros Carvalho

Assinatura de Clovis de Barros Carvalho



Hash do documento original (SHA256): 75e5560a8d4289a31753e885f0bfa94f14d9887323d4c44747f2fa21e2722b79

Verificador de Autenticidade:

https://app.zapsign.com.br/verificar/autenticidade?doc=bb4ff6f2-41b8-4020-b6a7-b8c984016eac

Integridade do documento certificada digitalmente pela ZapSign (ICP-Brasil): https://zapsign.com.br/validacao-documento/



Este Log é exclusivo e parte integrante do documento de identificação bb4ff6f2-41b8-4020-b6a7-b8c984016eac, conforme os Termos de Uso da ZapSign em zapsign.com.br

